

Temer recua e adia reajuste de servidor para 2020

Após reunião com ministros, presidente conclui que não há espaço para aumentos do funcionalismo. Avaliação é que alta de 16,38% concedida ao STF pode ser compensada com extinção do auxílio-moradia, mas estimativa aponta que faltam R\$ 350 milhões

MARTHA BECK, MANOEL VENTURA E GABRIELA VALENTE

O presidente Michel Temer voltou atrás e decidiu enviar ao Congresso uma medida provisória (MP) propondo o adiamento do reajuste salarial dos servidores públicos de 2019 para 2020. No início da semana, o Planalto chegou a descartar essa ideia depois de ter negociado com o Supremo Tribunal Federal (STF) um aumento de 16,38% para os magistrados.

Naquele momento, a avaliação foi que não haveria clima para permitir a correção para o Judiciário sem fazer o mesmo para os demais servidores públicos. No entanto, ontem, depois de conversar com os ministros da Fazenda, Eduardo Guardia, do Planejamento, Esteves Colnago, da Casa Civil, Eliseu Padilha, e com a advogada-geral da União, Grace Mendonça, Temer decidiu ir em frente com o adiamento. Segundo integrantes da equipe econômica, o presidente concluiu que as situações do Executivo e do Judiciário são



Mudança. Temer conclui que casos do Judiciário e do Executivo são diferentes

diferentes.

Os ministros do STF se comprometeram a acabar com o auxílio-moradia para juízes em troca do reajuste dos magistrados. Portanto, essa medida não teria impacto sobre o gasto. Já o aumento do funcionalismo tem um impacto de R\$ 6,9 bilhões sobre o Orçamento de 2019. Ele beneficia 253 mil servidores ativos e inativos civis, e os índices de correção variam de 4,5% a 6,31%.

CONTA NÃO FECHA

Ontem, ao comentar o acordo do presidente com o STF, a equipe

econômica não detalhou como será feita a compensação dos números do Judiciário, que têm impacto sobre os demais Poderes e também sobre os estados. O ministro do Planejamento se limitou a dizer que há um “compromisso” para que os gastos sejam equivalentes. — Há um compromisso entre os poderes para que o eventual reajuste (do Judiciário) fique próximo ou equivalente ao auxílio-moradia.

Essa é uma discussão que também vai ser feita no Legislativo. Mas há um compromisso no Executivo e Judiciário para que seja compatível — disse Colnago. Pelas contas do Ministério do





Planejamento, o aumento nos salários dos ministros do Supremo terá impacto de R\$ 250,1 milhões por ano nas despesas do Executivo. Para toda a União, a conta será de R\$ 1,4 bilhão, de acordo com o Tesouro Nacional.

O valor do auxílio-moradia pago a cada juiz é de R\$ 4 mil a R\$ 6 mil. Segundo cálculos da consultoria de orçamento da Câmara, existe uma diferença de R\$ 350 milhões entre o valor do reajuste dos ministros e o valor da extinção do auxílio-moradia.

MUDANÇA NA LEI

Para que o reajuste do Judiciário seja efetivado, será preciso alterar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2019. A lei atual não prevê a possibilidade de reajustes para o próximo ano, o que precisará ser corrigido. Porém, propor mudanças na LDO é responsabilidade exclusiva do presidente da República. — Nós temos o entendimento de que é preciso ajustar a LDO. O presidente está avaliando — disse o ministro do Planejamento.

Apesar de o governo ter decidido pedir o adiamento do reajuste ao Congresso, a proposta Orçamentária de 2019 não prevê essa medida. O ministro da Fazenda explicou que o governo preferiu não correr o risco de lidar com um rombo extra se os parlamentares não derem o sinal verde. Isso foi o que ocorreu este ano porque não foi votada uma MP que pedia o adiamento do reajuste dos servidores de 2018 para 2019.

Eduardo Guardia ressaltou que, se o Congresso aprovar a nova MP, o novo presidente terá mais recursos que poderão ser usados para fazer investimentos. — E, caso não seja aprovado, o Orçamento já está adequado — falou o ministro, que argumentou que a medida é impopular, mas necessária para o equilíbrio das contas públicas: — Nós sabemos do custo político de uma medida dessa natureza. Estamos beneficiando o próximo governo, seja ele qual for.

Novo governo terá menor margem de gastos desde 2009

Serão R\$ 102,5 bi, apenas 7% do total previsto. Metade dos gastos com Bolsa Família dependerá de aprovação do Congresso

MANOEL VENTURA E
GABRIELA VALENTE

O próximo presidente terá nas mãos um Orçamento com a menor margem para gastos em uma década. Em 2019, ele só terá controle sobre R\$ 102,5 bilhões do R\$ 1,438 trilhão em despesas federais— ou seja, 7,1% do total. O restante será tomado por desembolsos obrigatórios. De acordo com o Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2019, encaminhado ontem ao Congresso, os investimentos serão de apenas R\$ 27,4 bilhões, enquanto o custeio será de R\$ 75,1 bilhões.

Esses são os menores valores observados desde 2009 e deixam o governo próximo do patamar de risco de um shutdown (paralisação da máquina pública). Os técnicos estimam que este fique em torno de R\$ 80 bilhões. Além disso, o novo chefe do Executivo terá de pedir ao Congresso dinheiro extra para pagar benefícios de prestação continuada (BPC), Bolsa Família e aposentadorias. Há somente a previsão para pagar parte dessas despesas sociais.

Para quitar tudo o que está programado para 2019, o novo

governo precisará de uma autorização do Legislativo para aumentar a dívida pública. Sem isso, o presidente que for eleito descumprirá um dos pilares do equilíbrio das contas públicas: a chamada regra de ouro.

‘GESTOR DE PREVIDÊNCIA’

A norma diz que o governo não pode se endividar para pagar as contas do dia a dia. Isso só pode acontecer para fazer investimentos. No entanto, o Brasil não tem mais recursos suficientes para arcar com despesas correntes sem fazer novas dívidas. Assim, o presidente terá de pedir uma autorização para emitir dívidas de R\$ 258,2 bilhões. A maior parte será usada para bancar os benefícios previdenciários: R\$ 201,7 bilhões.

O gasto total no ano com as aposentadorias está previsto em R\$ 637,9 bilhões. No caso do Bolsa Família, será preciso aval para obter R\$ 15 bilhões, de um total de R\$ 30 bilhões de gastos com o programa. E para o BPC serão necessários R\$ 30 bilhões de um montante global de R\$ 60,2 bilhões. O ministro do Planejamento, Esteves Colnago, disse que a equipe econômica escolheu despesas importantes para condicioná-las ao novo crédito: — O próximo governo tem até junho para aprovar (um projeto de lei autorizando a emissão de dívida), e não há dificuldade de ser aprovado.

São despesas meritórias que têm de ser feitas. Embora projete uma despesa de R\$ 1,438 trilhão, boa parte tomada por Previdência e pessoal, a proposta orçamentária estima uma receita líquida de R\$ 1,299 trilhão. Isso significa que as contas públicas terão um rombo de R\$ 139 bilhões. Pelos cálculos do governo, o Brasil só voltará ao azul após 2022. —O governo caminha para ser um gestor de Previdência e folha de pagamento. Isso é muito pouco para um governo que precisa propor suas políticas e está ficando cada vez mais engessado —disse Colnago.

EXPANSÃO PREVISTA DE 2,5%

Para fazer as contas de 2019, o governo levou em consideração uma previsão de crescimento de 2,5% para a economia no ano que vem. Já a projeção para a inflação ficou em 4,25%. As despesas que estão sujeitas ao teto de gastos públicos foram estimadas em R\$ 1,407 trilhão —o que ainda deve ser reduzido, porque o Executivo vai compensar R\$ 3,3 bilhões em despesas a mais que serão feitas por Legislativo e Judiciário. Assim, o teto final será de R\$ 1,343 trilhão.

Segundo o governo, isso não deixou espaço para prever, por exemplo, a correção da tabela do Imposto de Renda (IR) no ano que vem. O governo informou que uma





das premissas para fazer o Orçamento de 2019 foi a preservação dos gastos sociais e investimentos em infraestrutura. Segundo a proposta encaminhada ao Congresso, a verba para a Educação aumentou em relação ao montante previsto para este ano.

A alta superou o mínimo constitucional previsto para a área. De acordo com a Constituição, a União teria de gastar, pelo menos, R\$ 70,4 bilhões. A equipe econômica deixou claro que colocou R\$ 51,6 bilhões a mais que o mínimo constitucional. Com isso, a pasta da Educação terá R\$ 122 bilhões. O mesmo ocorreu com os recursos para a Saúde. O mínimo para o ano que vem teria de ser de R\$ 117,5 bilhões. O Orçamento, porém, será de R\$ 129,8 bilhões.

MINAS E ENERGIA PERDE R\$8 BI

Com relação ao Orçamento de 2018, o maior aumento foi para o Ministério do Desenvolvimento Social: R\$ 50,4 bilhões. Isso se deveu ao fato de ele comportar despesas com benefícios previdenciários. Educação ganhou mais R\$ 11 bilhões; Defesa, R\$ 6,7 bilhões; Trabalho, R\$ 2,4 bilhões; Ciência, R\$ 1,2 bilhão. Saúde, Segurança, Itamaraty, Indústria, Meio Ambiente também terão mais dinheiro para gastar. Para aumentar essas despesas, houve reduções em outras áreas. O Ministério de Minas e Energia foi o órgão que mais perdeu. Serão R\$ 8,2 bilhões a menos em relação ao Orçamento de 2018.

Rombo das contas em julho é 79% menor que em 2017

> Apesar de o Brasil gastar mais do que arrecada, as contas públicas têm melhorado este ano. Isso faz a equipe econômica trabalhar com a hipótese de o governo cumprir com folga a meta de déficit de R\$ 159 bilhões.

> Em julho, o país ficou no vermelho em R\$3,4 bilhões. O rombo da União, estados, municípios e estaduais foi 79% menor do que no mesmo mês de 2017, segundo dados do BC divulgados ontem.

> Entre os fatores que contribuem para isso estão controle de gasto, juro baixo e inflação controlada.

(Gabriela Valente)

Salário mínimo proposto para 2019 é de R\$ 1.006

MANOEL VENTURA E
GABRIELA VALENTE

O governo prevê que o salário mínimo subirá dos atuais R\$ 954 para R\$ 1.006 a partir de janeiro de 2019. Pela primeira vez, o valor ultrapassará a casa de mil reais. O aumento de 5,4% está na proposta de Orçamento para 2019 encaminhada pelo governo ontem ao Congresso. A correção inclui a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do ano anterior e o crescimento da economia de dois anos antes. O objetivo é proporcionar ganhos acima da inflação.

Para o salário mínimo de 2019, foi considerado um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 1% em 2017 e um INPC de 4,2% projetado para 2018. Como só será possível saber no início de 2019 a variação precisa do índice de inflação, o governo usa apenas uma previsão para propor o aumento.

Em 2019, está embutida uma compensação pelo reajuste feito em 2018, que ficou abaixo da inflação medida pelo INPC. Esse resíduo representa R\$ 1,75 do aumento do salário. Este é o último ano de validade da atual fórmula de correção do mínimo, que entrou em vigor em 2012. O próximo presidente da República vai propor como será definido o valor de 2020 em diante.

Toma que o Orçamento é teu

Julianna Sofia

Brasília- O fardo fiscal que o governo-tampão de Michel Temer entregará para o próximo presidente tem como primeira amostra uma peça orçamentária com a pior destinação para investimentos em 16 anos. A proposta de Orçamento para 2019 enviada pelo Palácio do Planalto ao Legislativo limita a R\$ 27,4 bilhões os recursos federais para investir em obras e programas.

Desde o primeiro ano da gestão Lula (2003), quando o Tesouro Nacional iniciou um forte ciclo de arrocho fiscal — o que foi mantido pelos dez anos seguintes —, não se via tão pouco dinheiro para investir. Os valores são equivalentes a 0,3% do PIB.

O sucessor do emedebista herdará o Orçamento mais engessado da história. Excluindo os encargos da dívida pública, 93% das despesas da União terão desembolso obrigatório e não há conversa. Previdência e folha de pessoal representarão quase 70% do que o Estado brasileiro gastará em 2019.

O dispêndio seria algo maior se Temer não tivesse sido convencido

pela equipe econômica, no último minuto, a desistir de reajustar os salários dos servidores federais no ano que vem — o que adiará para 2020 um gasto de R\$ 6,9 bilhões. Depois de 24 horas de hesitação, o emedebista escapou de repetir o erro do início de seu mandato, quando cedeu ao corporativismo estatal e manteve os aumentos salariais acordados por Dilma Rousseff com o funcionalismo nos estertores da administração petista.

Outro fim, porém, terá o reajuste nos vencimentos do judiciário. Em uma negociação ora pouco clara, o presidente acertou com a cúpula da magistratura um adicional de 16,38% em troca da extinção de penduricalhos, como o auxílio-moradia. Independentemente do custo, a decisão ampliará o fosso da desigualdade de renda num país que sofre com distúrbio crônico de crescimento.

Em meio à ruína fiscal, o presidente eleito encontrará um Orçamento com um terço das despesas sociais a descoberto, pendentes do aval fisiológico do novo Congresso.

O Congresso deve votar reformas ainda neste ano, após as eleições?

Sim - O Brasil tem pressa

Marcos Mendes

Há problemas que demandam solução urgente

Chefe da assessoria econômica do Ministério da Fazenda; doutor em economia pela USP e consultor legislativo do Senado

O Brasil perdeu 9,1% de sua renda per capita na recessão de 2014-16. A recuperação está sendo mais lenta que o desejado, com crescimento de 1% em 2017 e 1,6% previsto para 2018. O desemprego se mantém em elevados 12,4%. O país tem pressa de sair dessa situação.

E são as reformas econômicas que vão levar à retomada do crescimento. Não faz sentido deixar o país paralisado por seis meses, quando já estão no Congresso diversas reformas que podem acelerar a retomada do crescimento.

Do ponto de vista do crescimento econômico, as reformas podem ser classificadas em dois grandes grupos: as que ajustam as contas públicas e as que aumentam a produtividade da economia. Elas promoverão um ciclo virtuoso de crescimento.

O ajuste fiscal permitirá a queda dos juros (pela menor necessidade do governo de tomar empréstimos) e um aumento da confiança dos consumidores e investidores (pela redução do risco de não pagamento da dívida pública). Juros em baixa e confiança em alta levam à expansão do crédito, do consumo e do investimento, o que se traduzirá em maior crescimento. O crescimento leva a aumento da arrecadação do governo, que realimenta o ajuste fiscal.

No caso das reformas que elevam a produtividade, o impacto no crescimento é direto. Quando se privatiza uma distribuidora de energia deficitária, a nova administração será capaz de ampliar a oferta de energia e reduzir a tarifa (a privatização da Cepisa, por exemplo, gerou queda de 8,5% na conta de luz).

Quando se deixam claras as regras sobre ressarcimento a compradores de imóveis que desistiram do negócio, afastando-se decisões judiciais incertas, as incorporadoras aumentam o ritmo de construção de novas moradias. Quando se reformulam as regras de licitação de petróleo, mais empresas se interessam em investir no setor, e

a produção aumenta. Tudo isso é mais produção e emprego.

Há, também, entre as reformas para melhorar a produtividade, aquelas que levam à redução dos juros e à expansão do crédito: cadastro positivo, duplicata eletrônica, regulamentação das empresas de serviço financeiro por internet (fintechs), reforma da lei de recuperação judicial e falência. Todas elas viabilizarão crédito abundante e barato, que vai estimular o investimento e o consumo, fazendo girar o ciclo virtuoso do crescimento.

Essas e outras reformas já estão tramitando no Congresso. Sua aprovação pode gerar aumento da taxa de crescimento anual do PIB per capita de 1,3% ao ano (média 1980-2015) para até 3,8% ao ano.

A agenda é ampla, e o processo de votação, em um ambiente democrático, é naturalmente lento. Há, portanto, um problema de congestionamento de agenda. Esperar um novo governo agravará esse congestionamento e retardará a retomada do crescimento e do emprego.

Há problemas que se agravam de





forma acelerada, e precisam ser resolvidos o mais rápido possível. É o caso, por exemplo, da Previdência. A CNI (Confederação Nacional da Indústria) disponibiliza em sua página na internet o "previdenciômetro", que mede a economia que deixamos de fazer com a aprovação da reforma da Previdência.

De 1º de julho de 2017 até hoje (13 meses de atraso), a perda foi de R\$ 4,1 bilhões. Se atrasarmos outros 13 meses, aprovando a reforma em setembro de 2019, a perda adicional não será mais de R\$ 4,1 bilhões, e sim de R\$ 13,5 bilhões, acumulando R\$ 17,6 bilhões. Quanto mais esperamos, mais se agrava a crise. Isso só interessa a quem aposta no "quanto pior melhor" e aos grupos de interesse, cujos privilégios, ameaçados pelas reformas, são pagos pelo restante da população.

O Congresso deve votar reformas ainda neste ano, após as eleições?

Não - Seria o Congresso capaz de aprovar reformas?

Modesto Carvalhosa

Parlamentares só se preocupam com reeleição

Professor aposentado da Faculdade de Direito da USP e autor de "O Livro Negro da Corrupção"

Bem que poderia ser sim, mas, com pesar, a resposta é um rotundo não.

A atual legislatura termina em 1.º de fevereiro, com o que o nosso venerando e amado Congresso, após o término da intervenção federal no Rio de Janeiro, terá somente um mês para aprovar as emendas constitucionais necessárias à implementação das reformas.

Os textos dessas reformas estão prontos, discutidos e formatados. Para a devida seqüência do processo legislativo constitucional, bastaria, então, que os senhores parlamentares tivessem "vontade política" e votassem. Ora, as reformas são cruciais para permitir a governabilidade do país no próximo mandato presidencial e nos seguintes.

A situação fiscal do Estado é pré-falimentar, e é fato público e notório

que quase 100% do orçamento (incluindo a arrecadação e o monstruoso déficit de R\$ 200 bilhões) está constitucionalmente vinculado a despesas com os salários dos servidores públicos e o pagamento da Previdência Social.

Trata-se das famigeradas "despesas de custeio" e dos encargos sociais, que vão nos transformar numa enorme Grécia, ou seja, levar à decretação da quebra do país, e aí o único remédio será imprimir dinheiro, ressuscitando a inflação e suas conhecidas mazelas sociais e econômicas.

Nem é preciso ir longe. Vejam-se os exemplos dramáticos, logo ali, da Argentina, e, aqui mesmo, dos Estados do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul. Sem reforma da Previdência, a principal delas, não é exagero dizer que Previdência pública não haverá mais.

E, no entanto, a despeito disso, reforma da Previdência nenhuma ocorrerá, porque os nossos festejados congressistas estão interessados numa única, só e obsessiva coisa: a sua reeleição. Não importa que a eleição de 2018 já terá passado. Haverá as próximas, de

2020 e 2022.

O raciocínio de nossos lídimos e autênticos representantes assim pode ser traduzido: "Se fui reeleito, quero continuar a sê-lo sempre, a cada novo pleito, pois sou um político profissional; se, todavia, não fui reeleito, vou tentar de novo dentro de quatro anos". Nenhum espírito público. Nenhuma preocupação com o presente e o futuro do país, cuja situação fiscal, se não for resolvida, levará à sua completa degradação social e econômica.

Nada de contrariar o eleitorado, que, tanto aqui como em toda parte do mundo (vide o caso da França), rejeita qualquer alteração nos atuais benefícios previdenciários, embora esteja claro que, perecendo o Estado, também a Previdência deixa de existir.

A democracia representativa, contudo, justifica-se por arbitrar os interesses pessoais e o interesse público, pois, como ensinava Edmund Burke já no século 18, "o Parlamentar exerce um trabalho de razão e de juízo, a serviço do bem comum, e não do simples querer dos eleitores e dos preconceitos locais" (Speech to the Electors of Bristol).





No Brasil, o resgate desse papel mediador, arbitrai, depende da instauração de uma Assembleia Constituinte que, entre outras providências, consagre o voto distrital puro e proíba a reeleição, de modo que afigura do político profissional, que só deseja perpetuar-se no poder, dê lugar à do cidadão que ofereça seu esforço e talento à sociedade, agindo sob o signo daquela virtude democrática tão esquecida como hoje ansiada, que é o bom e velho civismo.

Temer deixará Orçamento de 2019

Rombo será de R\$ 258 bi em despesas previstas; governo mantém reajuste de 16,38% do Judiciário

Bernardo Caram, Talita Fernandes, e Julio Wiziack

A quatro meses do fim do mandato, Michel Temer enviou nesta sexta-feira (31) ao Congresso o Orçamento de 2019 com um rombo de R\$ 258 bilhões em despesas previstas que, para serem pagas pelo próximo presidente, precisarão de aprovação do Congresso.

Caso contrário, o novo governo dará seus primeiros passos infringindo a chamada regra de ouro, que proíbe que se endivide para pagar despesas correntes.

Sem receitas suficientes para bancar essas despesas, o governo teve de incluir no Orçamento a previsão de crédito suplementar, uma situação prevista na Constituição.

Só com o aval do Congresso será possível tomar novos empréstimos e honrar com o pagamento de benefícios previdenciários, assistenciais, programas de subsídios e até o Bolsa Família.

Dos R\$ 637,8 bilhões previstos para os benefícios do RGPS

(Regime Geral de Previdência Social), será preciso aval dos parlamentares para R\$ 202,2 bilhões.

Metade dos valores a serem destinados ao pagamento do BPC (Benefício de Prestação Continuada) e do Bolsa Família também estará nas mãos dos congressistas — R\$ 30 bilhões e R\$ 15 bilhões, respectivamente.

Temer, que tomou posse prometendo reformas e a redução do gasto, entrega o Orçamento com uma projeção de expansão das despesas primárias da União — que passaram de 91% do PIB (Produto Interno Bruto), em 2016, e podem chegar a 93%, em 2019.

Segundo o Ministério do Planejamento, caso a economia continue patinando, a massa salarial sofrerá uma retração de quase um ponto percentual, passando de 8,44% para 7,54%, em 2019.

Esse quadro foi apresentado pelos ministros do Planejamento, Esteves Colnago, e da Fazenda, Eduardo Guardia, nesta sexta-feira (31), limite previsto para o envio da proposta orçamentária.

Essa situação reflete os impactos da reforma da Previdência e do

funcionalismo público que não passaram pelo Congresso.

Os parlamentares não quiseram assumir o desgaste político dessas reformas em período de eleição.

O resultado é que, somente em 2019, a projeção de despesas com Previdência e folha de pagamento aumentou em R\$ 67,6 bilhões — o que representa um crescimento de um ponto percentual em relação ao total de gastos primários de 2018.

“O governo caminha para ser um gestor de Previdência e folha de pagamento. Isso é muito pouco para o governo”, disse Colnago.

Temer passa o bastão das contas públicas com despesas equivalentes a R\$ 2 trilhões, quase um terço do PIB. Desse total, aposentadorias e salários respondem por 45%.

Como essas despesas são obrigatórias, levam a cortes em despesas de custeio da administração — como água, luz, telefone, transporte dos órgãos públicos federais — e do investimento.

Segundo os ministros, essa margem de manobra está ficando cada vez menor. Em 2019, elas serão reduzidas em R\$ 10,6 bilhões,





ficando em patamar equivalente ao registrado uma década antes.

Nesse ritmo, projeções do Ministério do Planejamento indicam que a administração pública federal deve parar em 2021, caso as reformas não sejam feitas.

Por isso, a saída do governo vem sendo cortar investimentos, como obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento).

Em 2019, só haverá R\$ 27,4 bilhões para investimentos. Em 2018, o investimento deve fechar em R\$ 31,1 bilhões. Em 2017, foram R\$ 33,1 bilhões. É o índice mais baixos da última década. Investimento gera emprego.

Para Colnago, o resultado não é tão ruim se considerarmos que o aumento de capital de empresas estatais e eventuais emendas parlamentares também são investimentos.

Sob pressão ao conceder reajuste de 16,38% para o Judiciário federal, o governo decidiu manter o adiamento do reajuste do

funcionalismo —que permitirá um economia de R\$ 4,7 bilhões no Orçamento.

Na quinta (30), Temer havia autorizado o reajuste dos servidores do Executivo, mas voltou atrás diante do quadro fiscal.

Como a elevação salarial está prevista em lei para 2019 o governo vai apostar novamente em uma medida provisória para o adiamento em 12 meses. AMP dependerá de aprovação do Congresso.

Em outubro de 2017, Temer já havia tentado medida semelhante para suspender reajustes de uma série de carreiras. A MP editada à época foi barrada por liminar do STF (Supremo Tribunal Federal).

Segundo os ministros, o aumento do Judiciário foi mantido porque o Executivo não pode interferir na decisão de outro Poder.

Para compensar, Temer decidiu conceder um aumento um pouco maior para o salário mínimo, que será de R\$ 1.006 para 2019 — a proposta era de R\$ 1.002 e fora

aprovado pelo Congresso R\$ 998. Atualmente, o salário é de R\$ 954.

Não foi previsto para o próximo ano espaço orçamentário para reajuste da tabela do Imposto de Renda.

Em relação à realização de concursos públicos, ficam autorizados apenas aqueles já previstos. Haverá uma reserva de R\$ 411 milhões para os casos em que o Executivo tiver de realizar um concurso emergencial ou por determinação da Justiça.

Mesmo diante do aperto, Guardia afirmou que as regras que travam o crescimento das despesas —teto e a regra de ouro— serão mantidas.

No entanto, a maioria dos candidatos à Presidência criticam as barreiras.

“Abrir mão do teto de gastos é uma decisão extremamente arriscada para o país”, disse Guardia ao ser questionado sobre aposição dos candidatos.

Temer recua e adia reajuste de servidor

Governo, porém, manteve acordo que eleva salário dos ministros do STF e de integrantes do Judiciário, além do teto de R\$ 33,7 mil/mês

Idiana Tomazelli

Eduardo Rodrigues

Lorena Rodrigues / BRASÍLIA

O presidente Michel Temer voltou atrás e vai propor ao Congresso o adiamento do reajuste dos servidores públicos federais de 2019 para 2020. Contrariando a equipe econômica, ele havia garantido o aumento salarial dos funcionários do Executivo no ano que vem, mas desistiu. A medida, se aprovada, abrirá um espaço de R\$ 4,7 bilhões no Orçamento do ano que vem, folga essencial para acomodar despesas que não foram contempladas devido à forte restrição de recursos que enfrenta o governo.

Apesar de comprar a briga com os servidores do Executivo, que detêm forte poder de pressão sobre os parlamentares, o governo manteve o acordo para que haja reajuste na remuneração dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e dos integrantes do Judiciário, mesmo com o efeito cascata que essa medida terá sobre

os demais Poderes e sobre Estados e municípios. Em troca, o governo espera que o STF ponha fim ao pagamento do auxílio-moradia, penduricalho que hoje ajuda a inflar os salários dos magistrados para além do teto remuneratório, hoje em R\$ 33,7 mil mensais.

“Há o compromisso entre o Executivo e o Judiciário de que isso seja compatível”, afirmou o ministro do Planejamento, Esteves Colnago. Temer foi convencido a manter o adiamento para os servidores civis do Executivo depois de ser informado sobre os cortes que teriam de ser feitos em áreas fundamentais para bancar o reajuste.

Apesar do vaivém, o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, saiu em defesa do presidente e chegou a negar que a manutenção do reajuste tenha sido anunciada. “O presidente não falou que haveria reajuste. O que o presidente fez referência à discussão sobre reajustes do Judiciário”, afirmou o ministro. Na quarta-feira, Temer disse ao Estadão/Broadcast que não adiará os reajustes e reafirmou a posição na quinta-feira em seu perfil no Twitter.

“Quero enfatizar o compromisso do presidente com o que foi feito (adiamento), a decisão foi dele”, ressaltou Guardia. Segundo ele, essa decisão foi tomada na própria quinta-

feira. O ministro da Fazenda afirmou ainda que não há contradição entre o adiamento e o reajuste que será dado ao STF, já que o Executivo não pode decidir sobre questões orçamentárias dos outros Poderes.

Teto.

Para que o Judiciário consiga dar seu aumento e mais a parcela final do reajuste que foi negociado em 2016 com os servidores técnicos e administrativos sem furar o teto de gastos, o Executivo terá que abrir mão de R\$ 2,93 bilhões do seu próprio limite – e que poderiam ser direcionados a outras despesas – para bancar os salários maiores dos magistrados. O teto de gastos é o mecanismo que proíbe que as despesas cresçam em ritmo superior à inflação.

Enquanto isso, o governo fica à espera do aval do Congresso para conseguir R\$ 4,7 bilhões e complementar os investimentos e os gastos para manter a máquina pública funcionando. Com o avanço acelerado de despesas obrigatórias como benefícios previdenciários, a área econômica tem apenas R\$ 102,5 bilhões para aplicar nessas despesas, 7,1% do total de despesas primárias. Com essa limitação, está faltando dinheiro para atender às demandas dos ministérios.





Ao todo, 12 pastas terão cortes em relação a 2018, incluindo os ministério das Cidades e da Integração Nacional, que direcionam mais recursos para obras no interior do País. O primeiro é responsável por aportes em saneamento e também pelo Minha Casa, Minha Vida. Os investimentos do governo estão previstos em R\$ 27,4 bilhões, valor menor que o previsto para este ano, R\$ 31,1 bilhões.

Uma das pesquisas estatísticas mais relevantes do País, o Censo Demográfico de 2020 só conta até agora com R\$ 200 milhões para a sua preparação no ano que vem, abaixo do pedido de R\$ 344 milhões feito pelo IBGE. A restrição de gastos para o Censo foi antecipada pelo Estadão/ Broadcast.

COLABORARAM TÂNIA
MONTEIRO, MARIANA
HAUBERT e BÁRBARA
NASCIMENTO

MP adiará reajuste de servidores para 2020



Eduardo Guardia, ao microfone, e Estevão Colnago (à), com a equipe econômica, detalham o Projeto de Lei Orçamentária de 2018, primeiro ano do mandato do novo presidente da República.



Depois de muitas idas e vindas, o governo decidiu adiar a última parcela do reajuste dos servidores prevista para 2019. Apesar de ter reservado no Orçamento do ano que vem R\$ 4,7 bilhões, valor suficiente para cumprir o compromisso com algumas carreiras, o Planalto editará uma medida provisória, a ser publicada na segunda-feira, sepultando a possibilidade de alteração remuneratória imediata. A intenção é que os aumentos somente entrem nos contracheques em 2020. “É uma medida de prudência, de conservadorismo e de cautela. Caso a MP caduque ou não seja aprovada, já colocamos o orçamento compatível. Se aprovada, o Legislativo terá recursos para serem alocados em outros

investimentos. Estamos adotando uma medida para beneficiar o próximo governo”, explicou o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia.

Mas, se a decisão de suspender o acréscimo salarial dos servidores já foi tomada, o governo previu no Orçamento, e não pretende mexer, no reajuste de 16,38% para os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), o que deverá alterar o teto salarial do funcionalismo de R\$ 33,7 mil para R\$ 39,6 mil mensais. A previsão de gastos com pessoal, de acordo com o Orçamento de 2019, é de R\$ 325,9 bilhões, o equivalente a 22,6% das despesas totais e 4,4% do Produto Interno Bruto (PIB, soma das riquezas produzidas no país).

Guardia, explicou que, ao contrário do que tem sido dito, o governo não autorizou o reajuste dos subsídios dos ministros do STF. “O Executivo não tem competência para definir reajuste do Judiciário. Recebemos a proposta e temos que encaminhar ao Legislativo, que vai decidir o que será feito. O que podemos dizer é que todos têm de obedecer ao teto dos gastos. O Judiciário terá que ajustar suas despesas”, explicou.

A equipe econômica suspendeu também a realização de novos concursos públicos para 2019. Segundo o ministro do Planejamento, Estevão Colnago, não há previsão de lançamento de certames. Serão apenas convocados os aprovados em seleções já realizadas ou em andamento, como para Polícia Federal (PF), Polícia Rodoviária Federal (PRF), Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (Iphan) e Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Para eventuais contratações emergenciais, foram previstos R\$ 411 milhões.

Colnago explicou, ainda, que a economia prevista com o adiamento do reajuste dos servidores para 2020 caiu de R\$ 6,9 bilhões para R\$ 4,7 bilhões, porque, desse montante, R\$ 2,2 bilhões eram de benefícios em discussão, que não foram regulamentados. No Orçamento, o Poder Executivo fará a compensação do teto de gastos, no





valor de R\$ 3,36 bilhões no limite dos 0,25% permitidos. No Executivo, o teto de gastos será de R\$ 1,346 trilhão. Para os demais poderes R\$ 63,839 bilhões, incluindo o valor da compensação.

As duas maiores despesas do governo são os gastos com Previdência (44% do Orçamento) e a folha de pessoal (22%). “É muito alta a participação das despesas obrigatórias. Sobram apenas 7% para investir. É preciso inverter essa lógica”, destacou Colnago. Diante dessa realidade, a edição da MP, para o especialista em contas pública Pedro Nery, é positiva. “O reajuste afronta a Constituição. O Art. 167 prevê a Regra de Ouro, que não será cumprida. Ela proíbe que o governo se endivide para pagar despesas correntes. Aumentar salários neste ano seria inconstitucional. Mas quem deveria proteger a Constituição está pedindo o seu descumprimento, como o Judiciário e o Ministério Público”, lamentou.

Os servidores reagiram contra a MP. “A decisão do ministro

Lewandowski, contra a intenção do governo, em 2017, foi clara: ele indicou que não era caso de MP, que reajustes plurianuais se incorporam ao patrimônio dos servidores e sua suspensão ou não do pagamento equivale à redução salarial. Fora a via jurídica, faremos o enfrentamento no Legislativo. Na segunda-feira mesmo, já daremos início à mobilização dos servidores interessados”, destacou Rudinei Marques, presidente do Fórum Nacional das carreiras de Estado (Fonacate).

Para Sérgio Ronaldo da Silva, secretário-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), o funcionalismo tem dois desafios pela frente. “Vamos novamente ao STF para garantir o que já é lei sobre o reajuste dos 253 mil servidores (carreiras de Estado). E faremos uma frente no Congresso para incluir na LOA recursos para os demais servidores (o carreirão, 80% do funcionalismo, que recebeu apenas 10,8%, em dois anos)”.

Herança maldita em 2019

O próximo presidente da República herdará o país, em 2019, com expectativa de crescimento de 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB), inflação de 4,25%, salário-mínimo de R\$ 1.006 e impacto de R\$ 43,8 bilhões nas contas da Previdência Social, já que o valor dos benefícios está atrelado ao piso salarial. Com isso, estima-se que o rombo previdenciário atingirá R\$ 218 bilhões — R\$ 16,4 bilhões a mais do que o necessário para financiar o deficit previsto para este ano. E as contas do governo central fecharão 2019 com deficit de R\$ 139 bilhões.

O Projeto de Lei Orçamentário Anual (Ploa) de 2019, enviado ontem ao Congresso Nacional, prevê que as contas do governo central encerrem com deficit de R\$ 139 bilhões, no primeiro ano de mandato do presidente eleito. Para piorar a situação, caso o reajuste salarial dos ministros Supremo Tribunal Federal (STF) seja aprovado pelo Legislativo, haverá um custo adicional de R\$ 1,4 bilhão para os três Poderes e não está contemplado na proposta.

A situação fica ainda mais dramática quando é levado em conta que o próximo chefe do Executivo terá apenas seis meses para aprovar um projeto de lei de crédito suplementar para que R\$ 258,1 bilhões em despesas da União sejam pagas. A não aprovação da verba extra põe em risco o pagamento de benefícios da Previdência (R\$ 201,7

bilhões), do programa de prestação continuada e de assistência social (R\$ 30 bilhões) e do Bolsa Família (R\$ 15 bilhões), porque descumprem a Regra de Ouro, que impede que o governo contraia empréstimos para despesas correntes.

Com despesas correntes estimadas em R\$ 2 trilhões, o Executivo tem autorização legal para pagar R\$ 1,8 trilhão. Somente uma autorização do Congresso pode liberar o governo a emitir dívida para honrar os pagamentos das despesas. Para o ministro do Planejamento, Esteves Colnago, no entanto, há tempo suficiente para que o próximo presidente encaminhe e aprove o projeto de lei que garante o recurso no Congresso.

Outro desafio para nova gestão é o engessamento do Orçamento, com 93% das despesas obrigatórias. Colnago afirmou que 44,3% das despesas primárias previstas para 2019 serão desembolsadas para custear benefícios da Previdência e outros 22,6% para pagar pessoal “O gasto discricionário em 2019 cairá de 8,2% para 7,1% do total das despesas. Há um enrijecimento crescente, com 93% do total em gasto obrigatório em 2019”, acrescentou.

Tabela do IR

Além de todos os problemas, o Ploa não prevê a correção da tabela do Imposto de Renda, reajustada pela última vez em 2015. Dados do

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindifisco), apontam que, no acumulado de 1996 a 2017, a defasagem atinge 88,4%. Haverá arrecadação menor dos bancos, já que, como lembrou o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) dessas instituições cairá de 18% para 15% no ao que vem, como está previsto em lei.

Segundo Guardia, a média mundial de carga tributária sobre empresas no mundo chega a 21% e no Brasil a 34%. “Mantivemos todo o arcabouço legal em vigor. Do ponto de vista da receita, não consideramos nenhuma alteração”, afirmou. Ele explicou que as estimativas para o deficit público dos próximos anos podem mudar, caso o processo de ajustes e reformas saia do papel. Para 2020, o governo estimou um deficit primário do setor público consolidado de R\$ 99,7 bilhões e de R\$ 56,1 bilhões para 2021. “Essas estimativas para o resultado fiscal até 2021 são conservadoras e acredito que o próximo governo poderá alcançar resultados melhores”, disse.

Guardia afirmou ainda que, para 2019, o teto de gastos reduzirá a despesa primária em proporção do PIB de 20% em 2018 para 19,3%. “A redução da despesa como percentual do PIB é fundamental para consolidar o ajuste fiscal”, destacou.

Governo insere reajuste de servidores no Orçamento de 2019, mas editará MP para impedir o aumento

Vera Batista

O governo fingiu que concordou em seguir a lei e cumprir o compromisso assinado com os servidores – dar a última parcela de reajuste, em 2019. Mas, após entregar a peça orçamentária de 2019 ao Legislativo, admitiu que mandará, já na segunda-feira, uma Medida Provisória (MP) para cortar qualquer possibilidade de alteração remuneratória no ano que vem. De acordo com o Planejamento, não haverá concurso público em 2019

A estratégia, de acordo com o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, era para não atrapalhar o andamento do documento do Poder Legislativo. “Caso haja contestação, judicialização ou a

MP venha a caducar, os recursos já estão garantidos. Caso o Legislativo concorde em postergar os reajustes para 2020, os R\$ 4,7 bilhões poderão ser usado em investimentos”, justificou.

Em entrevista coletiva, nesta sexta-feira (31/8), o ministro do Planejamento, Esteves Colnago, anunciou que não há previsão de lançamento de novos concursos públicos federais para 2019. Serão apenas convocados os aprovados já autorizados para a Polícia Federal (PF). Já quanto às seleções da Polícia Rodoviária Federal (PRF), do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (Iphan) e da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), que não tomaram posse em 2018 por conta do período eleitoral, vão ser chamados no ano que vem. Para eventuais necessidades emergenciais de contratação, no entanto, foram assegurados para o próximo presidente da República a quantia de R\$ 411 milhões na peça orçamentária.

Judiciário

Quanto ao aumento de 16,38% para o Poder Judiciário, o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, explicou que, ao contrário do que tem sido comentado, “o Executivo não autorizou o reajuste”. “Não cabe ao Executivo interferir em outros poderes. O valor vai no orçamento e será o Legislativo que vai decidir o que deve ser feito. Todos têm que obedecer o teto dos gastos. O Judiciário terá que ajustar suas despesas”, detalhou.

Diferença

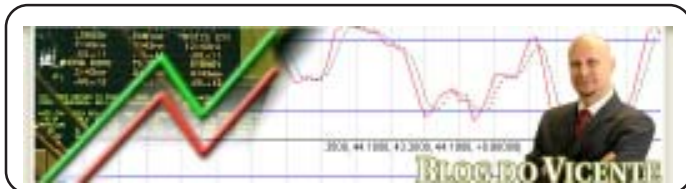
De acordo com Esteves Colnago, a economia com o adiamento do reajuste dos salários dos servidores para 2020 é de R\$ 4,7 bilhões, e não de R\$ 6,9 bilhões. A diferença é porque R\$ 2,2 bilhões se referiam a reajustes de benefícios ainda em discussão que não haviam sido regulamentados. Os ministros não especificaram quais eram esses itens.





A previsão de gastos com pessoal para o ano que vem, de acordo com o Orçamento de 2019, é de R\$ 325,9 bilhões, o equivalente a 22,6% das despesas totais e 4,4% do PIB. Colnago explicou que o Poder Executivo fará em 2019 a compensação do teto de gastos para demais poderes no limite dos 0,25% permitidos. A previsão de compensação do Poder Executivo aos demais Poderes, MPU e SOU, no valor máximo permitido pela lei do teto dos gastos será de R\$ 3,36 bilhões.

Para o Poder Executivo, o teto de gastos em 2019 seria de R\$ 1,346 trilhão, enquanto o limite para os outros poderes seria de R\$ 60,476 bilhões. Mas o PLOA de 2019 prevê que o Poder Executivo compensará o resultado dos demais poderes em R\$ 3,362 bilhões. Com isso, o limite do Executivo será de R\$ 1,343 trilhão, e o teto dos demais poderes chegará a R\$ 63,839 bilhões. Somente a compensação do Executivo ao Poder Judiciário chegará a R\$ 2,929 bilhões no próximo ano.



Temer volta atrás e vai adiar reajuste de servidores para 2020

Vicente Nunes

O presidente Michel Temer ouviu os apelos da equipe econômica e vai suspender o reajuste de servidores públicos previsto para 2019. Para isso, Temer editará uma medida provisória adiando o aumento acertado com os servidores do Executivo para 2020. Será uma economia de R\$ 6,9 bilhões.

Será mantido, porém, o reajuste para os militares, que custará R\$ 4,1 bilhões, e para o Judiciário, conforme acerto com ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Pelos cálculos do Tesouro Nacional, o custo do aumento para magistrados será de R\$ 1,4 bilhão por ano, depois do abate teto, que desconta os valores que ultrapassam o teto do funcionalismo.

Durante reunião no Palácio do Planalto na manhã desta sexta-feira, a equipe econômica apresentou a Temer um quadro dramático das contas públicas. Os ministros Eduardo Guardia (Fazenda) e Esteves Colnago (Planejamento) disseram que, sem os R\$ 6,9 bilhões referentes ao adiamento do reajuste dos servidores, as contas de 2019 não fechariam. Seria preciso cortar gastos em áreas fundamentais, como saúde e educação.

Última parcela do reajuste de servidores

Temer já havia sido alertado sobre a necessidade de empurrar, para 2020, o reajuste do funcionalismo do Executivo. Mas, diante da decisão de conceder aumento para o Judiciário, havia admitido a possibilidade de agraciar a todos, inclusive a elite dos servidores, que tem a receber a última parcela do aumento acertado em 2016. Era a última parcela.

A equipe econômica, porém, detalhou nesta sexta o Orçamento de 2019, que será encaminhado ao Congresso. Informou que não havia mais espaço para ampliar a folha de salários, que vem crescendo acima da inflação e, neste ano, deve passar de R\$ 302 bilhões.

Vale ressaltar que Temer já tinha proposto, no ano passado, o adiamento do reajuste de 2018 para 2019, mas o ministro Ricardo Lewandowski, do STF, concedeu uma liminar mantendo a correção dos salários dos servidores. O Ministério do Planejamento ameaçou recorrer da medida, mas acabou se conformando.

O Orçamento de 2019 vai prever rombo de até R\$ 139 bilhões nas contas públicas. Será o sexto ano consecutivo de deficit nas finanças federais. Não por acaso, os investidores estão muito preocupados com o Orçamento que será executado pelo próximo presidente da República.